

<http://dx.doi.org/10.21527/2317-5389.2022.19.13341>

## RACISMO E NEOLIBERALISMO COMO ELEMENTOS SUBJETIVOS ESTRUTURANTES: Da Dominação Colonial em Frantz Fanon à Psicopolítica de Byung-Chul Han

Fernando Antônio Sodré de Oliveira

Autor correspondente: Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí. Rua do Comércio nº 3000, Bairro Universitário. Ijuí/RS, Brasil. CEP 98700-000.  
<http://lattes.cnpq.br/6840430826217061>. [fernando.oliveira@sou.unijui.edu.br](mailto:fernando.oliveira@sou.unijui.edu.br)

Doglas Cesar Lucas

Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí. Ijuí/RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/1332521470619712>. <https://orcid.org/0000-0003-3703-3052>

André Leonardo Copetti Santos

Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí. Ijuí/RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/5126982210763673>. <https://orcid.org/0000-0003-1087-1195>

### RESUMO

O presente artigo tem por escopo analisar, ainda que de forma introdutória, a mentalidade neoliberal a partir da experiência histórica do colonialismo pela perspectiva de dominação psíquica em Frantz Fanon e verificar como esta noção comunica-se com as definições atuais da psicopolítica de Byung-Chul Han, se integram e se complementam, partindo da percepção central de que as estruturas neoliberais estão em constante modificação, visando a criar subjetividades moldadas e “dóceis” ao projeto neoliberal, analisando como este processo de “docilização” está vinculado ao racismo – seja como experiência, seja como elemento gerador de submissão psíquica – o qual é elemento estruturante do projeto neoliberal nos países colonizados por meio de processos de dominação e submissão psíquica nos modelos coloniais, neocoloniais e imperiais, fortalecendo e sendo útil ao neoliberalismo e evoluindo para uma instância de autossubmissão na perspectiva psicopolítica de Byung-Chul Han. O presente trabalho dedica-se a desenvolver reflexões sobre como o fenômeno do racismo e sua ligação com a mentalidade neoliberal ajustam-se e, de certa forma, contribuem à efetivação das análises psicopolíticas de Byung-Chul Han. Abordar-se-á a governamentalidade neoliberal como uma racionalidade governamental de exclusão, a qual tem na escravidão o elemento fundante dos sistemas econômicos capitalistas dos países colonizados, bem como o fenômeno da dominação psíquica colonial, estudada por Frantz Fanon, e como a psicopolítica de Byung-Chul Han eleva a um grau mais intenso estes processos de submissão nas populações nos países colonizados, tendo no racismo a tecnologia de efetivação desta mentalidade de submissão e inferiorização, visando a atender ao projeto neoliberal e como os processos psicopolíticos fortalecem a mentalidade neoliberal do “empreendedorismo de si”, alicerçada nessa “sujeição psicopolítica”, articulada nos países colonizados pelo racismo e pelos processos de dominação e submissão psíquica estudados por Frantz Fanon. Utilizar-se-á o método hipotético-dedutivo e a análise bibliográfica para realização desta pesquisa.

**Palavras-chave:** colonialismo; dominação; imperialismo; neoliberalismo; psicopolítica; racismo.

### RACISM AND NEOLIBERALISM AS STRUCTURING SUBJECTIVE ELEMENTS: FROM THE COLONIAL DOMINATION IN FRANTZ FANON TO THE PSYCHOPOLITICS OF BYUNG-CHUL HAN

### ABSTRACT

This article aims to analyze, albeit in an introductory way, the neoliberal mentality from the historical experience of colonialism from the perspective of psychic domination in Frantz Fanon and to verify how this notion communicates with the current definitions of psychopolitics by Byung-Chul Han, integrate and complement each other, starting from the central perception that neoliberal structures are constantly changing, aiming to create molded and “docile” subjectivities to the neoliberal project, analyzing how this process of “docilization” is linked to racism – whether as an experience, either as a generator of psychic submission – which is a structuring element of the neoliberal project in colonized countries through processes of domination and psychic submission in colonial, neocolonial and imperial models, strengthening and being useful to neoliberalism and evolved into an instance of self submission from the psychopolitical perspective of Byung-Chul Han. The present work is dedicated to developing reflections on how the phenomenon of racism and its connection with the neoliberal mentality fit and, in a way, contribute to the realization of Byung-Chul Han’s psychopolitical analyses. Neoliberal governmentality will be approached as a governmental rationality of exclusion, which has in slavery the fundamental element of the capitalist economic systems of colonized countries, as well as the phenomenon of colonial psychic domination, studied by Frantz Fanon, and as the psychopolitics of Byung-Chul Han elevates these processes of submission in populations in colonized countries to a more intense degree, with racism as the technology for effecting this mentality of submission and inferiorization, aiming to meet the neoliberal project and how psychopolitical processes strengthen the neoliberal mentality of “entrepreneurship of the self”, based on this “psychopolitical subjection”, articulated in countries colonized by racism and by the processes of domination and psychic submission studied by Frantz Fanon. The hypothetical-deductive method and bibliographic analysis will be used to carry out this research.

**Keywords:** colonialism; domination; imperialism; neoliberalism; psychopolitics; racism.

Recebido em: 6/5/2022

Aceito em: 4/8/2022

## 1 INTRODUÇÃO

A governamentalidade neoliberal, utilizando-se um termo cunhado por Michel Foucault,<sup>1</sup> tem instituído não apenas sistemas econômicos e formas de trocas mercantis, mas tem sido o definidor de novas subjetividades, criando uma forma específica de os indivíduos serem e estarem no mundo, criando o neossujeito ou, nas palavras de Dardot e Laval, o sujeito empreendedor de si, o cidadão-empendedor. O neoliberalismo tem sido um empreendimento que vai muito além de uma forma política e econômica, mas tem se constituído em uma racionalidade definidora de como as pessoas devem enxergar essas realidades sociais e intersubjetivas. Já as estruturas econômicas dos países alvos do colonialismo e imperialismo que tiveram no regime escravocrata o elemento fundante dos seus sistemas capitalistas e para perpetuação deste sistema de submissão e dominação de povos envolvidos, necessário se fez muito mais que o uso da força física, mas, também processos de subjugação psíquica dos povos dominados, questões analisadas nos estudos de Frantz Fanon, em especial em sua obra *Pele Negra, Máscaras Brancas*.

O liberalismo econômico, no entanto, tem se renovado continuamente e gerado novas racionalidades que, além e se adaptarem às novas necessidades surgidas nos diversos momentos da História que exigiam novas racionalidades e compreensões políticas, sociais e econômicas renovadas, necessitando, para este objetivo, “ir gerando” novas subjetividades adaptadas e adaptáveis às necessidades do capitalismo neoliberal e incorporam novas visões de mundo que necessitam ser permanentemente visitadas para continuarem a atender às expectativas desse modelo econômico.

Hodiernamente, com o aumento dos níveis de informação e, de algum maneira, certo distanciamento temporal da experiência da escravidão, já é possível realizar reflexões que entendam de forma mais complexa e adequada este fenômeno e sua influência, não só nos regimes econômicos e valores morais, mas perceber o quanto ele foi e é, utilizando-se de formas de subjetivação e “controle” (entre elas o racismo), estruturante social e economicamente dos sistemas políticos dos países submetidos aos regimes coloniais e, de que forma a escravidão, à época, e atualmente o racismo, têm interferido na formação das subjetividades pela perspectiva de dominação e sujeição psíquica, conforme analisado por Frantz Fanon, além de perceber suas modificações até nossos dias, mantendo, contudo, a mesma linha mestra de sujeição às necessidades do capital. Para que o sistema neoliberal, todavia, mantenha-se como racionalidade dominante e, de certa forma, até uma racionalidade hegemônica, necessário se faz que ele esteja em permanente e constante mutação, que orquestrada pelo sistema interfere e molda as subjetividades, fato que já vem sendo objeto de estudo de inúmeros teóricos.

Dardot e Laval em sua obra *A nova razão do mundo* (2016) delineiam essa “nova” racionalidade neoliberal e como ela criou o afastamento das noções de proteção social, levando o político a se pautar quase que exclusivamente pelo econômico, apontando o direcionamento desse conteúdo ideológico. A reflexão dos autores inicia-se após a grave crise

<sup>1</sup> Candiotti, Cesar. “A governamentalidade política no pensamento de Foucault”. *Filosofia Unisinos*, v. 11, n. 1, p. 33-43, maio 2010. DOI.org (Crossref): <https://doi.org/10.4013/fsu.2010.111.03>

do neoliberalismo em 2008 e dos problemas econômicos que atingiram, inicialmente, os EUA, estenderam-se, em seguida, à Europa e posteriormente a todo o planeta, destacando-se que suas análises vão de encontro a muitos estudiosos e comentaristas dos fatos à época, que enxergavam na situação uma “derrocada do neoliberalismo”. Os autores apontaram o engano deste pensamento e elaboraram uma justificativa racional para demonstrar porque a visão de “ocaso” do neoliberalismo era equivocada e subestimava a capacidade de adaptação desse mesmo neoliberalismo, que sendo fruto de uma construção social e ideológica, iria muito além das questões meramente econômicas.

O neoliberalismo surgira, a partir dos anos 30 do século 20, não mais como uma doutrina econômica apenas, como no *laissez faire*, mas passa a ser um modo de vida, uma forma de ser e estar no mundo, uma subjetividade, a qual geraria novas racionalidades que envolveriam não apenas o Estado, mas a política, o direito, a economia e as relações intersubjetivas. O Estado passa a ser entendido como Estado-empresa e passa a gerir o bem público para além – e até desconectado – da noção de bem comum, buscando a maximização de resultados, o lucro das empresas, adotando uma mentalidade empresarial. Surge o sujeito-empresendedor como forma de se portar no mundo e na vida social, política e econômica. O sujeito passa a ser o governado de si, com a perspectiva de transitar na sociedade sendo o empreendedor de si. Gera-se uma nova mentalidade que leva governos a reverem políticas de proteção social e diminuição de gastos, a partir da premissa de que o Estado é uma empresa e assim deve ser gerida, observando que o fracasso ou o sucesso individual está exclusivamente conectado à “gestão pessoal” desse sujeito-empresendedor.

A “nova” razão do neoliberalismo espanca a ideia de cidadania social e aplica a ideia de concorrência a todas as áreas (“concorrencialismo social”),<sup>2</sup> criando uma sociedade atomizada e socialmente indiferente. Esse neoliberalismo tem se mantido como racionalidade dominante e condicionado as subjetividades e as perspectivas individuais e grupais. Como afirma Byung-Chul Han falando sobre o projeto neoliberal, este é “uma forma mais eficiente de subjetivação e sujeição” (2020b, p. 9), uma vez que “o neoliberalismo, como mutação do capitalismo, torna o trabalhador em *empresendedor*” (2020b, p. 14), criando o “neossujeito”, o empreendedor de si.

Do ponto de vista histórico, não há como negar que a constituição das realidades econômicas nos países latino-americanos foi estruturada a partir de processos de escravidão e exploração e, portanto, qualquer análise do “nosso capitalismo” (ou no nosso neoliberalismo) depende de cotejo com estas questões, sob pena de termos como resultado de qualquer estudo conteúdos que contemplem realidades que não representem, de forma adequada e contextualizada, essas realidades.

Para tanto, a análise dos instrumentos de dominação e sujeição é essencial, contudo é mais importante, ainda, perceber que estes instrumentos não iniciaram os processos de submissão na empreitada contemporânea do neoliberalismo, tão bem analisada e percebida

<sup>2</sup> O tão mal denominado “darwinismo social” está mais para um “concorrencialismo social”, que institui a competição como norma geral da existência individual e coletiva, tanto da vida nacional como da internacional. A adaptação a uma situação de concorrência vista como natural tornou-se, assim, a palavra de ordem da conduta individual, assimilada a um combate pela sobrevivência. (DAR DOT; LAVAL, 2016, p. 60).

por Byung Chul-Han, o qual gera o sujeito autossubmisso, o “empreendedor de si”, facilitando de certa maneira os interesses do capital. Há, contudo, um processo histórico de sujeição e dominação psíquica anterior às formulas contemporâneas e que alicerçaram a mentalidade neoliberal nos países sujeitos ao imperialismo e ao colonialismo, o qual gerou uma relação de submissão, que se percebe ter ganho contornos mais claros e generalizados (para além do denominado por Jessé Souza<sup>3</sup> de racismo culturalista) e atingiram níveis globais, os quais ficaram mais nítidos e perceptíveis com as análises psicopolíticas de Byung-Chul Han.

Neste trabalho objetiva-se buscar pontos de conexão entre efeitos de dominação psíquica do racismo, partindo dos fenômenos da escravidão e do colonialismo, lastreado no pensamento de Frantz Fanon, e verificar em que medida a noção de psicopolítica, suas ferramentas de sujeição e submissão – agora não mais a um senhor ou a um grupo, mas a uma racionalidade específica, a neoliberal – expostas e formuladas por Byung-Chul Han, guardam relações entre si com os processos de dominação e sujeição psíquica, sendo elas especificidades mutantes que continuam a perpetrar os interesses do capital e a hegemonia do projeto neoliberal.

## 2 ESCRAVIDÃO E COLONIALISMO

Primeiramente, antes de dar início a qualquer análise do projeto escravocrata e sua influência em todos os países submetidos ao colonialismo (posteriormente, ao neocolonialismo e ao imperialismo), é importante pontuar que a escravidão, mais que um sistema moralmente reprovável, tratava-se de um projeto econômico que sustentou todo um modelo de racionalidades, como todas as influências que a racionalidade econômica traz consigo nos campos políticos, sociais, jurídicos, etc. A importância do estudo da escravidão e seus efeitos é mais que necessário, pois como afirma Clóvis Moura, “não se estudar os quatrocentos anos de escravidão, as suas limitações estruturais, as suas contradições, as limitações do seu ritmo de produção, e, finalmente, *a alienação total da pessoa humana – explorados e exploradores* – é descartar ou escamotear o fundamental” (grifo nosso) (MOURA, 1983, p. 124).

<sup>3</sup> “Cria-se, com isso, uma mentalidade do “senhor”, dos países que mantêm uma divisão internacional do trabalho que os beneficia como “merecimento”, e uma mentalidade de “escravo”, daqueles povos criados para a obediência e para a subordinação. Esse dado da superioridade dos outros é percebido por todos como tão óbvio quanto o fato de que o Sol se põe todos os dias para nascer de novo no dia seguinte. É um pressuposto tão óbvio para os indivíduos comuns como o é para os especialistas. O racismo culturalista passa a ser uma dimensão não refletida do comportamento social, seja na relação entre os povos, seja na relação entre as classes de um mesmo país. Um brasileiro de classe média que não seja abertamente racista também se sente, em relação às camadas populares do próprio país, como um alemão ou um americano se sente em relação a um brasileiro: ele se esforça para tratar essas pessoas como se fossem gente igual a ele” (grifo nosso) (SOUZA, 2017, p. 11). “Se essa hierarquia moral é invisível para nós, seus efeitos, ao contrário, são muitíssimo visíveis. O mesmo esquema possibilita que o branco se oponha ao negro como superior também pré-reflexivamente. Mesmo as supostas virtudes do negro são ambíguas, posto que o animalizam com a força física e o apetite sexual. O grande problema dessas hierarquias que se tornam invisíveis e pré-reflexivas é sua enorme eficácia para colonizar a mente e o coração também de quem é inferiorizado e oprimido. Nos EUA e na Europa essas ideias que os elevam e dignificam servem para espalhar um sentimento de superioridade difuso que abrange toda a sociedade. Ele serve, portanto, como legitimação interna nesses países e é uma espécie de equivalente funcional do colonialismo anterior: serve para justificar e sacralizar todas as relações fáticas de dominação na ordem mundial. O culturalismo do mais forte serve também, muito especialmente nos EUA, a prestar o mesmo serviço que o racismo contra os negros sempre possibilitou nos EUA: dotar a classe baixa dos brancos do Sul do país de um orgulho racial para compensar a sua pobreza material relativa se comparada aos brancos mais ricos do Norte. A vantagem comparativa do culturalismo racista sobre o racismo clássico é que, como não se vincula à cor da pele, até os negros americanos podem se sentir superiores, por exemplo, aos latinos e estrangeiros. A utilidade prática desse racismo ocultado, que é o culturalismo para os países dominantes e, muito especialmente, para suas classes dominantes, é muito maior que a do racismo explícito que vigorava antes” (*Ibidem*, p. 12).

Logo, há que se compreender como o modelo escravista estava conectado ao modelo capitalista incipiente, da mesma maneira que é importante entender as razões que conduziram a abolição da escravatura nos países colonizados, especialmente pela influência do poder econômico e das tensões decorrentes da mudança de matriz econômica que o mundo vivia a partir do final do século 18, com o início da Revolução Industrial, e que se fortaleceu no século 19, conduzindo à abolição da escravidão nas colônias dos países europeus.

Conforme Marcelo Farias, analisando o pensamento de Clóvis Moura:

A escravidão surge em decorrência de dois fenômenos distintos, mas que se entrelaçam. Primeiro, como consequência dos interesses das nações colonizadoras em fase de expansão comercial e mercantil, ou seja, do desdobramento das grandes navegações e do primeiro estágio do capitalismo, o mercantilismo. Segundo, devido à continuação e ao desenvolvimento interno da sociedade colonial nos moldes em que se realizava sua evolução desde a chegada dos colonizadores portugueses. A escravidão no Brasil e em outras partes do mundo a partir do século XVI será uma das molas propulsoras para o capitalismo e o desenvolvimento industrial da Europa. Devido a esse aparato econômico envolvido no tráfico de pessoas, as grandes metrópoles europeias intermediavam o negócio, até o momento em que ele virou exclusividade da Inglaterra, que obteve o monopólio da venda de humanos (*apud* ALMEIDA *et al.*, 2021, p. 32-33).

Visando a manter as estruturas econômicas de interesse do capital, a racionalidade liberal sempre buscou formas de efetivar a dominação necessária ao capital e à divisão do trabalho, haja vista que a força de trabalho do regime de escravidão, centrada nos negros africanos escravizados, precisava migrar dos modelos neocoloniais e imperiais para outras formas de sujeição da força de trabalho, e para isso, mais do que nunca, a necessidade de “moldar” subjetividades e racionalidades sempre esteve presente.

O colonialismo europeu que existia desde o século 15 e que estava estruturado principalmente na escravidão, pelo final do século 17, com os movimentos abolicionistas, as insurreições e lutas contra a escravização dos corpos negros, junto como o desenvolvimento de uma burguesia industrial em expansão, prenunciava uma necessária e inevitável mudança de regime econômico – com o fim da escravidão e o crescimento da burguesia industrial – logo, o colonialismo converter-se-ia em imperialismo, visando à manutenção dos privilégios do sistema econômico eurocêntrico, bem como sua expansão em busca de matérias-primas e mercados, uma vez que havia a necessidade de mudar a produção artesanal realizada pela escravidão por produtos manufaturados industrialmente, bem como mercados para consumi-los.

Os empreendimentos coloniais começaram a sofrer vários revezes e problemas para além das questões de mercados e de uma nova visão econômica do mundo, o que acirrou disputas socioeconômicas e de poder nas diversas colônias, as quais se somavam às disputas já existentes entre os países europeus.

Entre 1776 em 1825 a Europa perdeu a maior parte de suas colônias americanas devido a uma série de revoluções, movimentos de Independência e rebeliões. Os afro-latinos tinham desempenhado um papel preponderante na constituição dos impérios ibero-hispânicos. Havia servido não só com mão de obra escrava, mas também enquanto tripulantes, exploradores, oficiais, colonos, proprietários de terra e, em certos casos, homens livres e senhores de escravos. Quando da dissolução dos impérios e dos levantes antico-



loniais ao longo do século XIX, voltamos a encontrá-los em diversos papéis, seja como soldados, seja a encabeçar movimentos políticos. Com as estruturas imperiais do mundo Atlântico arruinadas e substituídas por Estados-nações, as relações entre as colônias e a metrópole sofreram alteração (MBEMBE, 2018a, p. 37).

Neste ambiente histórico de disputa de poder, superado o momento do pensamento iluminista, chamado por Achille Mbembe de “momento gregário do pensamento ocidental” (2018a, p. 41), o grande “fundamento filosófico das grandes revoluções liberais que, a pretexto de instituir a liberdade e livrar o mundo das trevas e preconceitos da religião” (ALMEIDA, 2020, p. 26), buscava-se uma nova forma de perpetuar as estruturas de dominação econômica e política que o colonialismo introduziu na humanidade, uma vez que “as revoluções inglesas, a americana e a francesa foram o ápice de um processo de reorganização do mundo” (ALMEIDA, 2020, p. 26), contudo, traziam com elas os embriões de novos modelos econômicos e representavam, também, o apogeu de uma era que estava, pelo menos do ponto de vista econômico, sendo superada.

O pensamento da propalada igualdade e a criação do sujeito universal, contudo, desenvolveram-se, *pari passu*, com o modelo escravista e colonial e por serem ideologicamente incompatíveis entre si, regime econômico escravista, coma manutenção dos regimes de colonização e a propalada igualdade entre os homens presente no pensamento filosófico iluminista, o fator raça ganhou elementos ditos “científicos”, passando a ser o elemento normalizador da aparente incompatibilidade ideológica existente. Silvio Almeida discorre sobre esta “contradição” de forma muito elucidativa, partindo da análise da Revolução Haitiana, a qual definiu uma forma de sociedade completamente nova.<sup>4</sup> Segue o autor:

No século XVIII, mais precisamente a partir do ano de 1791, o projeto de civilização iluminista baseada na liberdade e igualdade universais encontraria sua grande encruzilhada: a Revolução Haitiana. O povo negro haitiano, escravizado por colonizadores franceses, fez uma revolução para que as promessas de liberdade e igualdade universais fundadas pela Revolução Francesa fossem estendidas a eles, assim como foram contra um poder que consideraram tirano, pois negava-lhes a liberdade e não lhes reconhecia a igualdade. [...] Os mesmos que aplaudiram a Revolução Francesa viram a Revolução Haitiana com desconfiança e medo, e impuseram toda a sorte de obstáculos à ilha caribenha, que até os dias de hoje paga o preço pela liberdade que ousou reivindicar. *Ora, é nesse contexto que a raça emerge como um conceito central para que a aparente contradição entre a universalidade da razão e o ciclo de morte e destruição do colonialismo e da escravidão possam operar simultaneamente como fundamentos irremovíveis da sociedade contemporânea. Assim, a classificação de seres humanos serviria, mais do que para o conhecimento filosófico, como uma das tecnologias do colonialismo europeu para a submissão e destruição de populações das Américas, da África, da Ásia e da Oceania* (grifo nosso) (ALMEIDA, 2020, p. 27-28).

A partir da emergência da raça como conceito justificador do projeto colonial, as estruturas de dominação e submissão ínsitos ao modelo e, portanto, integrantes da

<sup>4</sup> A ela (a Revolução Haitiana) se deveu o surgimento, em 1805, de uma das mais radicais Constituições do Novo Mundo. Essa Constituição banuiu a nobreza, instaurou a liberdade de culto e impugnou tanto o conceito de propriedade quanto o de escravidão – algo que a Revolução Americana não ousara fazer. A nova Constituição do Haiti não só aboliu a escravatura, como também autorizou o confisco de terras dos colonos franceses, decapitando pelo caminho grande parte da classe dominante; aboliu a distinção entre nascimentos legítimos e ilegítimos, e levou às últimas consequências as ideias, na altura revolucionárias, de igualdade racial e de liberdade universal (MBEMBE, 2018a, p. 27)

racionalidade colonizadora eurocêntrica, não apenas justificariam o colonialismo, mas também, e especialmente, moldaram as subjetividades, pois como nos ensina Enrique Dussel, “a dominação é o ato pelo qual se coage o outro a participar do sistema que o aliena. [...]O servo obedece por temor, *por costume*” (grifo nosso) (DUSSEL, 1977, p. 60), uma vez que a dominação só “se transforma em repressão quando o oprimido tende a libertar-se da pressão que sofre” (DUSSEL, 1977, p. 60), restando clara a necessidade de elementos de “naturalização” ideológica das tensões e antagonismos existentes entre essas mesmas ideologias. Pensando aqui já nos processos psicopolíticos, perceber-se a sofisticação dos mecanismos revelados por Byung-Chul Han dentro dos modelos neoliberais e que serão desenvolvidos no decorrer deste artigo.

Dentro dessa lógica de dominação e sujeição, os projetos coloniais e neocoloniais utilizam a raça como elemento normalizador ideológico e político, mas se articula também com o racismo na formação de subjetividades concordantes e submetidas ao pensamento econômico capitalista que tem na escravidão sua mola propulsora em período de colonização. Alessandra Devulsky explicita as funções do racismo:

O racismo colabora na diferenciação das tarefas por meio do estabelecimento de uma hierarquia baseada no recorte racial, na qual “certos trabalhadores perdem uma parte maior do mais-valor que eles criaram do que outros”. A força de trabalho é revestida de uma roupagem étnica indissociável da produção de valor no capitalismo. Portanto, sua organização é perpassada por esse elemento que, embora não seja fundador, é essencial em sua reprodução (*apud* ALMEIDA *et al.*, 2021, p. 9).

É sobre esse racismo, instrumentalidade do projeto neoliberal, que Frantz Fanon debruçará suas análises, as quais se passará a abordar.

### 3 RACISMO E DOMINAÇÃO PSÍQUICA EM FRANTZ FANON

O racismo, bem como a posição do negro perante esse racismo e suas articulações, seja em nível político, seja em nível psicanalítico, estão presentes em toda obra de Frantz Fanon. Neste trabalho analisar-se-á a obra de Fanon mais voltada aos elementos subjetivos do ser humano negro (apesar de em sua narrativa Fanon elaborar seu pensamento e exemplificá-lo pelo homem negro, permitindo algumas críticas<sup>5</sup> sobre sua não relação expressa com a

<sup>5</sup> “Mas Fanon também cometeu um erro fatal. Na sua obra ele fala do homem como a condição humana. Por vezes o homem significa “Frantz Fanon”, por vezes “homem negro” e às vezes “ser humano”. O sujeito do seu livro é negro e masculino. Em questão está o status ontológico das mulheres negras. “Rumo a um novo humanismo... A compreensão entre os homens... Nossos irmãos de cor... Creio em ti, Homem...” Muitos autores defendem que Fanon usa o termo homem como “uma qualidade fenomenológica da humanidade incluindo o homem e as mulheres”. Mas as mulheres negras estão incluídas ou excluídas de Fanon, quando ele escreve “O negro é um homem negro...”? Incluídas ou excluídas quando ele pergunta “O que quer o homem negro?” Um facto é que quem tem pouco ou nenhum poder é categorizado assim, na ausência. Na inexistência. Enquanto as mulheres brancas podem ter um status oscilante, isto é, podem ser elas próprias e as outras para os homens brancos: pois não são homens, mas são brancas. O homem negro, que é homem, mas não é branco, não tem acesso ao patriarcado, pois este é definido pela branquitude e torna-o o outro. A mulher negra, não sendo nem branca nem homem, neste esquema colonial representa então uma dupla ausência que a torna absolutamente inexistente. Pois ela serve como a outra de outros, sem status suficiente para a Outridade. Fanon escreve com a linguagem do seu tempo, brilhante e revolucionária. Mas a sua obra também inclui a violência de excluir os gêneros e transidentidades negrxs da existência humana. Este é um erro que ele nos deixa para ser corrigido. Ou melhor, uma ausência que ele nos deixa para ser ocupada pela nossa existência” (KILOMBA, Grada. Prefácio. *In: FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora. Edição do Kindle, 2020b. p. 7-8.

mulher negra; contudo, deve ser entendido o momento histórico da sua escrita) no livro *Pele Negra, Máscaras Brancas*.

Nesta obra Fanon busca desvendar, entre outros, os elementos psicanalíticos do homem<sup>6</sup> negro. Este livro de Fanon passou muitos anos invisibilizado, na situação narrada por Grada Kilomba que denomina de “princípio da ausência” quando “algo que existe é tornado ausente, é uma das bases fundamentais do racismo. As obras de Frantz Fanon existem, mas são ausentes, e por isso deixam de ter existência real. O existente passa a ausente e deixa assim de existir” (FANON, 2020b, p. 4). A justificativa para tal ausência se deu nos seguintes termos: “O autor ‘negro’ e ‘comunista’ que escreve ‘contra a civilização ocidental’” (FANON, 2020b, p. 6), tornando-se proibido exatamente nessa sequência de adjetivos, conforme informa Grada Kilomba. De início, já se percebe a potência das reflexões e inquietudes de Fanon, contudo será sobre as reflexões psicanalíticas que se desenvolverá algumas reflexões.

O racismo sempre opera em algumas “frentes”. Uma delas, de caráter psicanalítico, visa por meio do medo, da insegurança e de um certo “perigo”, seja ele derivado de uma noção de pureza racial, seja derivado de uma “ansiedade sexual”, gerar fobias que permitam que determinado indivíduo ou grupo seja manipulado por meio desses sentimentos, muitos deles sem uma correspondência lógica, mas fortemente introjetado na subjetividade.

Outra atua com objetivo de interferir no ideário individual e coletivo por meio de ideologias e “o racismo como ideologia molda o inconsciente” (ALMEIDA, 2020, p. 64). O inconsciente é o *locus* no qual a estruturação das subjetividades se desenvolve, e é lá que o modelo neoliberal de produção capitalista firmará sua bandeira. É no inconsciente que os processos de dominação e submissão psíquica terão os elementos necessários para conduzir o neoliberalismo a uma racionalidade dominante e inclusive hegemônica, uma racionalidade centrada no afastamento da solidariedade social, no empreendedorismo de si e numa noção de escassez econômica que afasta a solidariedade individual e coletiva como processo político.

Fanon enxerga racismo como “operador psíquico da dualidade de colono e colonizador, branco e negro no colonialismo” (SAPÉDE, 2011, p. 44), destacando que este fenômeno complexo será o fundamento para a “empreitada colonial e a manutenção da dominação europeia sobre os ‘outros’ povos” (SAPÉDE, 2011, p. 44), uma vez que o racismo está entre as ideologias fundantes para a construção do Ocidente.

Michel Foucault, em seus estudos, já demonstrara a importância do racismo para a formação das subjetividades políticas e nos mecanismos de dominação do biopoder.

O que inseriu o racismo nos mecanismos do Estado foi mesmo a emergência desse biopoder. Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo. [...] Com efeito, que é o racismo? É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de

<sup>6</sup> Usaremos a expressão homem negro para facilitar a escrita e por, assim, estarmos de acordo com a descrição de Fanon. Quando a palavra referir o homem como gênero específico, deixaremos consignado no texto.



certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. Em resumo, de estabelecer uma cesura que seria do tipo biológico no interior de um domínio considerado como sendo precisamente um domínio biológico. Isso vai permitir ao poder tratar uma população como uma mistura de raças ou, mais exatamente, tratar a espécie, subdividir a espécie de que ele se incumbiu em subgrupos que serão, precisamente, raças. Essa é a primeira função do racismo: fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder (FOUCAULT, 1999, p. 211).

Logo, os processos de dominação e sujeição psíquica com origem no racismo foram, e ainda são, diletas tecnologias do neoliberalismo, pois submetem a todos, uma vez que servem de mecanismo de inferiorização e de exclusão dos racializados e de manipulação pelo medo, ansiedade sexual e uma falsa ideia de superioridade, em especial para os brancos mais pobres e incultos, fornecendo-lhe um “cabedal de possibilidades”, irreais, porém com forte capacidade manipuladora, permitindo que se sintam superiores, mesmo que expropriados e excluídos pelo sistema capitalista. Tal ideologia e seu resultado prático é comum nos norte-americanos pobres do Sul. Conforme Jessé Souza:

Nos EUA e na Europa, essas ideias que os elevam e dignificam servem para espalhar um sentimento de superioridade difuso que abrange toda a sociedade. Ele serve, portanto, como legitimação interna nesses países e é uma espécie de equivalente funcional do colonialismo anterior: serve para justificar e sacralizar todas as relações fáticas de dominação na ordem mundial. O culturalismo do mais forte serve também, muito especialmente nos EUA, a prestar o mesmo serviço que o racismo contra os negros sempre possibilitou nos EUA: dotar a classe baixa dos brancos do Sul do país de um orgulho racial para compensar a sua pobreza material relativa se comparada aos brancos mais ricos do Norte (2017, p. 12).

Em determinado momento de sua obra *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Fanon faz um contraponto às ideias de Octave Manonni sobre a psicologia da colonização, sendo de grande relevância a introdução de uma percepção do racismo que suplanta o mero racismo individual e coloca a discussão em termos estruturais. Reconhece os processos de inferiorização dos negros que o racismo produz, ao afirmar que “se há um complexo de inferioridade, ele resulta de um duplo processo: – econômico, em primeiro lugar; – e, em seguida, por interiorização, ou melhor, por epidermização dessa inferioridade” (FANON, 2020b, p. 14) e deixando claro que “a civilização branca e a cultura europeia impuseram ao negro um desvio existencial. Mostraremos em outra parte que, com frequência, aquilo que é chamado de alma negra é uma construção do branco” (FANON, 2020b, p. 16-17). Fanon delinea os processos de inferiorização e sujeição psíquica dos negros, bem como apresenta noções do que se chama atualmente de “teorias da branquitude”.

Fanon também esclarece como esse complexo de inferioridade se estabeleceu e aponta para como a morte das culturas locais pelos processos de colonização contribuíram para tal, uma vez que a imposição da cultura branca eurocêntrica gerou “epistemicídios” nas culturas dos colonizados, conduzindo a duas situações: 1ª) sentimento de inferioridade dos negros e superioridade dos brancos, o qual Fanon define como “complexo de autoridade”; e 2ª) recusa dos próprios negros sobre seus valores e sua cultura pelo anseio de serem aceitos na sociedade em que vivem, em que os valores eurocêntricos, adquiridos por imposição, mas que

se introjetaram nas consciências, seja por medo, necessidade de aceitação ou sobrevivência. A colonização, de qualquer maneira, gerou por imposição uma forma de vida, ver e agir no mundo que descaracterizou os negros, levando à perda de sua real identidade e deixando-os com a sensação de não pertencerem a nenhum mundo, haja vista que o racismo sempre excluiu os negros dos espaços dos brancos. Como afirma Fanon, acompanhando Jean Paul Sartre, “a inferiorização é o correlato nativo da superiorização europeia. Tenhamos a coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado” (FANON, 2020b, p. 79).

Fanon discorre abundantemente sobre a colonização, seus efeitos sobre os colonizados, a “necessidade” de alguns negros de abandonarem sua própria cultura, bem como sobre o preconceito racial. Destaca o autor:

*Todo povo colonizado – isto é, todo povo em cujo seio se originou um complexo de inferioridade em decorrência do sepultamento da originalidade cultural local – se vê confrontado com a linguagem da nação civilizadora, quer dizer, da cultura metropolitana. O colonizado tanto mais se evadirá da própria selva quanto mais adotar os valores culturais da metrópole. Tão mais branco será quanto mais rejeitar sua escuridão, sua selva (grifo nosso) (FANON, 2020b, p. 20).*

*O preconceito de cor nada mais é do que um ódio irracional de uma raça por outra, o desprezo dos povos fortes e ricos por aqueles que consideram inferiores a si próprios e, subsequentemente, o amargo ressentimento daqueles que são subjugados à força e com frequência insultados. Como a cor é o sinal externo mais visível da raça, tornou-se o critério a partir do qual se julgam as pessoas, sem levar em conta suas conquistas educacionais e sociais. As raças de pele clara passaram a desprezar as raças de pele escura e estas se recusam a aceitar por mais tempo a condição apagada que se pretende impor a elas (grifo nosso) (FANON, 2020b, p. 98).*

Frantz Fanon discorrerá, ainda, na obra sobre diversos fatores psicanalíticos que ele entende pontuam o racismo, a relação entre brancos e negros, os medos, as fobias (define a “negrofobia”), as pulsões de caráter sexual, o desejo, etc. Fatores diversos e profundos nesta intrincada relação racial construída a partir da perspectiva política, sim, pois raça é um conceito político, que ainda gera divergências e problemas no curso da História.

É perceptível como a razão neoliberal pode utilizar-se desses fenômenos para manutenção de seus interesses, uma vez que durante todas as fases da humanidade explorou os racismos, preconceitos e clivagem entre as pessoas para processos de atomização, dominação e submissão das subjetividades ao capital.

O mundo, entretanto, está em metamorfose,<sup>7</sup> utilizando-se de um termo de Ulrich Beck, novas ideias e ideologias surgem, a sociedade passa por transformações de cunho multicultural, informacional e relacional, efeitos múltiplos da sociedade da informação e da globalização e com toda certeza, nos dias de hoje, se fortalece sobremaneira a afirmação de Fanon de que “o racismo já não ousa se apresentar sem disfarces” (apud ALMEIDA, 2020, p. 59) e, por isso, os processos de controle dos corpos produtores, típicos da sociedade disciplinar, visando a manter a dominação e subjugação para o projeto neoliberal, o qual era tão visual e sem máscaras

<sup>7</sup> Vivemos num mundo que não está apenas mudando, mas está se metamorfoseando. Mudança implica que algumas coisas mudam, porém outras permanecem iguais. A metamorfose implica uma transformação muito mais radical, em que as velhas certezas da sociedade moderna estão desaparecendo e algo inteiramente novo emerge (BECK, 2018, p. 15).

como no colonialismo, neocolonialismo e imperialismo, porém agora necessita sofisticar seus mecanismos para continuar mantendo o controle e a racionalidade neoliberal, pois como afirma Byung-Chul Han, “esse mesmo projeto já não se mostra tanto como uma figura de coerção, mas sim como *uma forma mais eficiente de subjetivação e sujeição*” (grifo nosso) (HAN, 2020b, p. 9).

Sobre estas formas mais eficientes de “subjetivação e de sujeição” de que nos fala Chul Han, visando a manter a razão neoliberal e os processos de dominação e submissão, tão próprias aos modelos coloniais, os quais se impunham pela força e terror sobre os corpos, mas, que neste mundo que se metamorfoseia não é mais possível “sem disfarces”, bem como manter as estruturas racistas e de dominação às claras, que a sofisticação desvelada por Byung-Chul Han ganha relevo e permitirá a manutenção deste controle por outros meios, mantendo a racionalidade hegemônica e objetivando atender às necessidades do projeto neoliberal.

#### 4 A PSICOPOLÍTICA DE BYUNG-CHUL HAN

O filósofo Byung-Chul Han tem conduzido reflexões que fazem a releitura da sociedade disciplinar e biopolítica de Michel Foucault, a partir da perspectiva da atual sociedade informacional e relacional, do fenômeno das redes sociais e do cyberspaço. Em sua obra *A Sociedade do Cansaço* Byung-Chul Han afirma que o mundo passa por transformações e que, hodiernamente, estaríamos superando o paradigma imunológico, oriundo do enfrentamento bacteriológico e viral,<sup>8</sup> e vivenciando o paradigma neuronal.<sup>9</sup> O paradigma imunológico configura-se, na visão do filósofo, pelo esquema mental do estranhamento, do conflito e, pode-se dizer, do “nós e eles”. Diz Byung-Chul Han:

O século passado foi uma época imunológica. *Trata-se de uma época na qual se estabeleceu uma divisão nítida entre dentro e fora, amigo e inimigo ou entre próprio e estranho.* Mesmo a guerra fria seguia esse esquema imunológico. O próprio paradigma imunológico do século passado foi integralmente dominado pelo vocabulário dessa guerra, por um dispositivo francamente militar. *A ação imunológica é definida como ataque e defesa.* Nesse dispositivo imunológico, que ultrapassou o campo biológico adentrando no campo e em todo o âmbito social, ali foi inscrita uma cegueira: Pela defesa, afasta-se tudo que é estranho. O objeto da defesa imunológica é a estranheza como tal. Mesmo que o estranho não tenha nenhuma intenção hostil, mesmo que ele não represente nenhum perigo, é eliminado em virtude de sua alteridade. Nesses últimos tempos, têm surgido diversos discursos sociais que se ser-

<sup>8</sup> Byung-Chul Han explica em nota de sua obra como os paradigmas da biologia interferem e são, de certa forma, recepcionados por outras ciências. Segue nota: É interessante notar que há uma influência mútua entre discursos sociais e biológicos. Ciências não estão livres de dispositivos que não são de origem científica. Assim, após o fim da guerra fria, encontramos uma mudança de paradigma também dentro da imunologia medicinal. A imunologista americana Polly Matzinger rejeita o velho paradigma imunológico da guerra fria. De acordo com seu modelo imunológico, o sistema imunológico não distingue entre self e non-self, entre próprio e estranho ou outro, mas entre friendly e dangerous (cf. MATZINGER, P. “Friendly and dangerous signals: is the tissue in control?” *Nature Immunology*, vol. 8, n. 1, 2007, p. 11-13). O objeto da defesa imunológica já não é mais a estranheza ou a alteridade como tal. Só se repele aquela intromissão estranha que se porta destrutivamente no interior do próprio. Nessa perspectiva, enquanto o estranho não chama a atenção, não é tocado pela defesa imunológica. De acordo com a ideia de Matzinger, o sistema imunológico biológico é mais hospitaleiro do que se admitiu até o presente. Não conhece nenhuma xenofobia. É mais inteligente, portanto, que a sociedade humana com xenofobia. Essa é uma reação imunológica patologicamente potenciada, prejudicial inclusive ao desenvolvimento do próprio (HAN, 2020a, p. 13).

<sup>9</sup> Cada época possuiu suas enfermidades fundamentais. Desse modo, temos uma época bacteriológica, que chegou ao seu fim com a descoberta dos antibióticos. Apesar do medo imenso que temos hoje de uma pandemia gripal, não vivemos numa época viral. Graças à técnica imunológica, já deixamos para trás essa época. Visto a partir da perspectiva patológica, o começo do século 21 não é definido como bacteriológico nem viral, mas neuronal (HAN, 2020a, p. 6).

vem nitidamente de modelos explicativos imunológicos. Todavia, a atualidade do discurso imunológico não pode ser interpretada como sinal de que a organização da sociedade de hoje seria uma época mais imunológica do que qualquer outra. O fato de um paradigma ser erigido propriamente como objeto de reflexão, muitas vezes, é sinal de seu declínio. Imperceptivelmente, já desde há algum tempo, vai se delineando uma mudança de paradigma. O fim da guerra fria ocorreu precisamente no curso dessa mudança de paradigma. *Hoje a sociedade está entrando cada vez mais numa constelação que se afasta totalmente do esquema de organização e de defesa imunológicas. Caracteriza-se pelo desaparecimento da alteridade e da estranheza.* A alteridade é a categoria fundamental da imunologia. Toda e qualquer reação imunológica é uma reação à alteridade. *Mas hoje em dia, em lugar da alteridade entra em cena a diferença, que não provoca nenhuma reação imunológica. A diferença pós-imunológica, sim, a diferença pós-moderna já não faz adoecer.* Em nível imunológico, ela é o mesmo. Falta à diferença, de certo modo, o agulhão da estranheza, que provocaria uma violenta reação imunológica. *Também a estranheza se neutraliza numa fórmula de consumo. O estranho cede lugar ao exótico. O tourist viaja para visitá-lo. O turista ou o consumidor já não é mais um sujeito imunológico* (grifo nosso) (HAN, 2020a, p. 6-7).

Dentro deste novo paradigma, o neuronal, sai de cena o esquema de “defesa”, entra o “desempenho”. Defesa pressupõe agressão, violência, “negatividade”. Em oposição a essa negatividade que domina o modelo imunológico, Han percebe um excesso de “positividade”, que define o paradigma neuronal. As doenças neuronais seriam um sinal do ocaso do paradigma imunológico e a passagem para o paradigma neuronal. O paradigma neuronal define-se por essa noção de excesso de positividade de Byung-Chul Han. Para o filósofo:

Doenças neuronais como a depressão, transtorno de déficit de atenção com síndrome de hiperatividade (TDAH), Transtorno de Personalidade Limítrofe (TPL) ou a Síndrome de Burnout (SB) determinam a paisagem patológica do começo do século XXI. Não são infecções, mas infartos, provocados não pela negatividade de algo imunologicamente diverso, mas pelo excesso de positividade. Assim, eles escapam a qualquer técnica imunológica, que tem a função de afastar a negatividade daquilo que é estranho (HAN, 2020a, p. 6).

A pergunta que se poderia realizar é por qual razão estaria em curso essa mudança de paradigma, uma vez que o mundo vem há muito tempo dentro do paradigma imunológico e, pelo que se percebe, como questiona Roberto Esposito<sup>10</sup> (*apud* HAN, 2020a), há confirmações diárias deste paradigma? Byung-Chul Han responde a essa pergunta, já lendo a realidade

<sup>10</sup> Dessa forma, também Roberto Esposito coloca uma falsa hipótese na base de sua Teoria da Immunitas, ao afirmar: “Em qualquer dia do último ano podemos ler o relato nos jornais, talvez até na mesma página, a respeito de diversos acontecimentos. O que têm em comum entre si fenômenos como a luta contra o surto de uma nova epidemia, a resistência contra um pedido de extradição de um chefe de Estado estrangeiro, acusado de violação dos direitos humanos, o reforço das barreiras contra a imigração ilegal e as estratégias para neutralizar o ataque dos vírus de computador mais recentes? Nada, na medida em que os interpretamos dentro de seus respectivos âmbitos, âmbitos separados entre si, como a medicina, o direito, a política social e a tecnologia da informática. Mas isso se modifica quando nos referimos a uma categoria interpretativa, cuja especificidade mais própria consiste na capacidade de cruzar transversalmente aquelas linguagens particulares, referindo-nos a um e ao mesmo horizonte de sentido. Como fica evidente já a partir do título desse volume, proponho essa categoria como sendo a categoria da ‘imunização’. [...] Os acontecimentos descritos acima, independente de sua desigualdade lexical, podem ser todos reduzidos a uma reação de proteção contra um risco”. Nenhum dos acontecimentos mencionados por Esposito aponta para o fato de que nos encontramos em meio a uma época imunológica. Também o assim chamado “imigrante”, hoje em dia, já não é mais imunologicamente um outro; não é um estrangeiro, em sentido enfático, que representaria um perigo real ou alguém que nos causasse medo. Imigrantes são vistos mais como um peso do que como uma ameaça. Também o problema do vírus de computador já não tem mais tanto impacto social. Não é por acaso então, que em sua análise imunológica, Esposito não se volta para problemas da atualidade, mas exclusivamente a objetos do passado (HAN, 2020a, p. 7-8).

na sociedade informacional e relacional: “*O paradigma imunológico não se coaduna com o processo de globalização. A alteridade [...] atuaria contrapondo-se ao processo de suspensão de barreiras. O mundo organizado imunologicamente [...] é marcado por barreiras, [...], por cercas, trincheiras e muros. Essas impedem o processo de troca e intercâmbio*” (grifo nosso) (HAN, 2020a, p. 9).

Ou seja, o paradigma imunológico não interessaria mais aos modelos mercantis da era da informação. O neoliberalismo, com sua racionalidade específica, depende da liberdade transacional e a alteridade do modelo imunológico dificulta, impede, atrasa e até impossibilita definitivamente o avanço do neoliberalismo e de sua volúpia mercadológica turbinada, mais do que nunca, pelos *e-commerces* e pelas redes sociais.

Se, todavia, o modelo neoliberal funciona por meio do controle dos corpos para produção e controle da força de trabalho, como compatibilizar com o novo paradigma neuronal, que afasta a estranheza, tão cara ao paradigma imunológico? Criando-se uma nova forma de subjetividade e sujeição política, social e econômica que maximize a produção na era da globalização, mas que não tenha os entraves dos “conflitos de estranhezas”, ao menos na esfera negocial. Essas estranhezas estariam definitivamente banidas do paradigma neuronal? Muito fácil completar a resposta, sendo óbvio que não, pois o que interessa ao modelo neoliberal é a subjetivação que sirva ao mercantil, até porque outras “tecnologias” do paradigma imunológico continuam muito fortes, aja vista que a noção de solidariedade e cidadania social não fazem parte do ideário neoliberal. Qual seria, então, a ferramenta necessária para essa nova forma de subjetivação e sujeição? Parece-nos que Byung-Chul Han tem a resposta: a Liberdade. Não se trata, contudo, da liberdade política dos ideários iluministas ou dos corpos nômades, mas a “liberdade sujeitada”, ou melhor, “autossujeitada”. Em sua obra *Psicopolítica: o neoliberalismo e novas técnicas de poder*, Han afirma que a liberdade, como ideário, “terá sido episódica”. Desenvolve Byung-Chul Han:

A liberdade terá sido episódica. Um episódio no sentido de entreato, de conexão entre partes. Esse sentimento de liberdade se instaura na passagem de uma forma de vida à outra até que esta também se mostre como um modo de coerção. Assim, uma nova forma de submissão sucede à libertação. É esse o destino do sujeito, que literalmente significa ‘estar submetido’. Hoje, acreditamos que não somos sujeitos submissos, mas projetos livres, que se esboçam e se reinventam incessantemente. A passagem do sujeito ao projeto é acompanhada pelo sentimento de liberdade. E esse mesmo projeto já não se mostra tanto como uma figura de coerção, mas sim como uma forma mais eficiente de subjetivação e sujeição. *O “eu” como projeto, que acreditava ter se libertado das coerções externas e das restrições impostas por outros, submete-se agora a coações internas, na forma de obrigações de desempenho e otimização* (grifo nosso) (HAN, 2020b, p. 9).

Segundo Han, vive-se um momento histórico, em que as sujeições do dever disciplinar produzem menos pressão interna que as liberdades do poder individual, uma vez que “a coerção proveniente de poder é ilimitada e, por esse motivo, encontramos-nos em uma situação paradoxal. A liberdade é a antagonista da coerção” (HAN, 2020b, p. 10). E essa liberdade antagonista da coerção, produz “ela mesma coerções” (HAN, 2020b, p. 10), posto que “doenças psíquicas, como depressão ou *burnout* são expressões de uma profunda crise da liberdade: são sintomas patológicos de que hoje ela se transforma muitas vezes em coerção” (HAN, 2020b, p. 10).



O indivíduo transforma-se no “sujeito do desempenho”, e esse sujeito “que se julga livre é, na realidade, um servo: é um servo absoluto, na medida em que, sem um senhor, explora voluntariamente a si mesmo”. (HAN, 2020b, p. 10). Ele não é obrigado por nenhum senhor, soberano ou chefe, ele é escravo, empregado e empreendedor de si mesmo. É o neossujeito, indivíduo perfeito ao projeto neoliberal, ou seja, a liberdade passa a ser o elemento potencializador da “autossujeição” e não mais a libertadora das amarras da opressão, até porque não há mais opressão da qual se libertar, pelo contrário, esta nova forma de subjetivação que “autossujeita” impede inclusive as lutas contra a opressão, tão presentes no paradigma imunológico, pois o opressor é o próprio indivíduo, autocobrando otimização e desempenho *full time*. Autossujeição ofusca a consciência política e de classe, na medida em que não há senhor, soberano ou chefe exercendo o poder e contra o qual as reivindicações na luta capital x trabalho poderiam ser dirigidas. Han assim explica essa mutação:

Nenhum senhor o obriga a trabalhar. O sujeito absolutiza a *vida nua* e trabalha. A *vida nua* e o trabalho são dois lados de uma mesma moeda: a saúde representa o ideal da *vida nua*. A esse servo neoliberal a soberania é estranha, ou melhor, a liberdade daquele senhor que, segundo a dialética hegeliana servo-senhor, não trabalha e apenas goza. Essa soberania do senhor consiste em elevar-se além da *vida nua* e, conseqüentemente, em aceitar até mesmo a própria morte. Esse excesso, essa forma excessiva de vida e gozo, é estranha ao servo trabalhador, preocupado com a vida nua. Ao contrário da suposição hegeliana, o trabalho não liberta o servo: ele continua a ser escravo do trabalho. O servo hegeliano obriga também o senhor a trabalhar. A dialética hegeliana servo-senhor conduz à totalização do trabalho. O sujeito neoliberal como empreendedor de si mesmo é incapaz de se relacionar livre de qualquer propósito (HAN, 2020b, p. 10-11).

O neoliberalismo é um sistema muito eficiente – diria até inteligente – na exploração da liberdade: tudo aquilo que pertence às práticas às e formas de expressão da liberdade (como a emoção, o jogo e a comunicação) é explorado. Explorar alguém contra sua própria vontade não é eficiente, na medida em que torna o rendimento muito baixo. É a exploração da liberdade que produz o maior lucro (HAN, 2020b, p. 11-12).

O paradigma imunológico está firmado na sociedade disciplinar e no biopoder de Foucault. O panóptico benthaminiano/foucaultiano foi transformado no “panóptico digital” da sociedade da informação e das redes sociais, com a ressalva perspicaz de Byung-Chul Han de que nesse panóptico digital a exposição, o ingresso e a manutenção do indivíduo no sistema se dá por vontade pessoal, a partir da “liberdade” de cada indivíduo (HAN, 2020b, p. 19). Por esses argumentos e muitos outros (estamos nos atendo somente àqueles que se vinculam mais estritamente com a análise desenvolvida neste texto) Byung-Chul Han afirma que o controle biopolítico analisado por Foucault, está se mutacionando em uma “psicopolítica”, um controle das mentes, do trabalho, do desempenho, da vida em geral, de forma autoimposta e autovigiada. Passaram os indivíduos a serem servos e senhores de si mesmos.

O neoliberalismo, como mutação do capitalismo torna o trabalhador um empreendedor. Não é a revolução comunista, e sim o neoliberalismo que elimina a exploração alheia da classe trabalhadora. Hoje, cada um é um trabalhador que explora a si mesmo para a sua própria empresa. Cada um é senhor e servo em uma única pessoa. A luta de classes também se transforma em uma luta interior consigo mesmo (HAN, 2020b, p.14).

A psicopolítica consiste em um sistema de controle no qual a restrição e controle dos corpos típicos da sociedade disciplinar e biopolítica, fundado, entre outras coisas, nos controles das liberdades e das autonomias dos corpos, ou seja, controle que depende da gestão da liberdade do “corpo produtor”, visando ao projeto neoliberal, dá lugar ao oposto: uma total e ampla liberdade, na qual essa “pretensa liberdade” é objeto de controles internos, psíquicos, uma “autodomação psíquica” direcionada ao sujeito do desempenho que passa a ser o senhor de si mesmo, atendendo à mentalidade neoliberal do empreendedor de si.

Não se necessitará mais exercer os controles dos corpos como forma de controle da força de trabalho, haja vista que o controle foi se sofisticando: de um regime de escravidão para a produção em que a liberdade é absolutamente inexistente, para a sociedade disciplinar e biopolítica, na qual a limite da liberdade é definido pelas ferramentas existentes (medicina, direito, disciplina, entre outras, formando a sociedade da normalização de Foucault), sempre visando às necessidades do Estado e do capital (tendo o racismo de Estado, conforme Foucault, funções importantes no modelo biopolítico), sofisticando-se para uma sociedade psicopolítica, em que há uma “hiperpotencialização” da liberdade proporcionada pelo cyberspaço, o qual cria uma sensação de liberdade que, na verdade, como afirma Chul Han, é episódica, e entende-se também ilusória, na medida em que essa “pretensa liberdade” não passa de submissão psicopolítica autoimposta, que atende ao neoliberalismo, com o agravante de não havendo um senhor (soberano, chefe) identificável, não há como a força de trabalho se opor e no qual os resultados atingidos em qualquer empreitada, dentro dessa racionalidade, são de responsabilidade exclusiva do indivíduo, vinculados diretamente ao seu desempenho, sendo ele é o único e exclusivo ator do seu sucesso ou fracasso.

O sujeito psicopolítico é um escravo de si mesmo, uma vez que tem de atender às necessidades da sociedade de consumo, da sociedade do desempenho e da sociedade da informação, de forma autossujeitada. Ele é um escravo psicopolítico, servindo ao modelo neoliberal pelo panóptico digital por livre escolha e por autoimposição, não existindo mais a necessidade das coerções típicas dos modelos colonialistas e biopolíticos. Isto significa abandono completo da biopolítica e da sociedade disciplinar? Com certeza não, pois os controles e estruturas “panópticas” se sobrepõem umas às outras, num grande jogo de controle e desempenho. Procurar-se-á, a partir de agora, à guisa de reflexão final do artigo e inicial deste tema, entender como o racismo continua a ter funções nesse modelo psicopolítico para a manutenção do poder nas estruturas neoliberais.

## 5 “REFORMULANDO” AS SUJEIÇÕES: DA DOMINAÇÃO PSÍQUICA RACIAL EM FRANTZ FANON À PSICOPOLÍTICA DE BYUNG-CHUL HAN

Em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Fanon desenvolve estudos sobre os elementos que geram sujeição psíquica, favorecendo a dominação e submissão dos indivíduos nos países colonizados e neocolonizados, quando estes se sentem compelidos, a partir de um conjunto de fatores, a aderirem ao modelo do colonizador como forma de se sentirem incluídos no modelo de civilização imposto pelo colonizador.

Os epistemicídios das culturas dos autóctones, a sujeição pela violência da força de trabalho nos modelos colonialistas, neocolonialistas e imperialistas; a produção de racionalidades essenciais aos modelos do capitalismo pré-industrial, ao liberalismo da sociedade

industrial e ao neoliberalismo pós-moderno; a imposição da cultura branca eurocêntrica como única forma válida de se enxergar o mundo, bem como a imposição de tudo isso reunido, levou o ser humano negro a sentir-se fora do seu próprio mundo. E a tecnologia de manutenção dessas perspectivas, ou seja, o elemento amalgamador de todas essas perspectivas, sejam elas culturais, econômicas, sociais, políticas ou de controle biopolítico, é, sem dúvida alguma, o racismo.

O racismo é percebido por Fanon a partir de uma visão estrutural, quando ele diz que: “afirmamos este princípio: uma sociedade é racista ou não é. *Enquanto não percebermos essa evidência, uma quantidade enorme de problemas será deixada de lado*” (grifo nosso) (FANON, 2020b, p. 73-74). Ou seja, a partir da perspectiva de Fanon, não há como entender os fenômenos ocorridos, seja em uma sociedade colonial ou pós-colonial, seja em uma sociedade branca eurocêntrica, sem perceber as nuances que envolvem a estrutura racial e racista destes contextos.

E estes contextos racistas produziram em muitos negros submetidos aos processos coloniais, neocoloniais e imperiais, uma necessidade de desconsiderarem as próprias subjetividades e aderirem ao modelo imposto pelo colonizador para se sentirem parte de um mundo que nunca os quis como integrantes, a não ser como força de trabalho, usável e descartável, quando não fossem mais necessários ao capital.

O neoliberalismo vem se mutacionando, metaformoseando-se, com objetivo de manter as sujeições e as submissões necessárias ao seu projeto, sempre tendo no controle dos corpos e no racismo, uma vez que não são todos os corpos que são submetidos às mesmas formas de controle e nem atendem igualmente às mesma necessidades, pois como afirma Foucault, dentro da lógica do biopoder, “essa é a primeira função do racismo: fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder” (FOUCAULT, 1999, p. 211).

Dentro da perspectiva de Fanon, o negro colonizado busca inconscientemente, e alguns conscientemente, uma forma de ser aceito em razão de viver em uma perspectiva de mundo que não é a sua, mas que nela está inserido. Esse modelo de dominação permitiu a colonização não apenas das estruturas econômicas, mas dos corpos, da cultura, da vida em si.

A partir da visão biopolítica e neoliberal, contextos que permitem serem enxergados dentro das análises de Fanon, está muito clara a função do racismo nos processos de submissão e dominação, seja pelo domínio dos corpos em si e de suas estruturas psíquicas, seja no domínio por meio das tecnologias da sociedade disciplinar,<sup>11</sup> perfeitamente compatíveis com as estruturas neoliberais das sociedades industriais e pós-industriais.

<sup>11</sup> Primeiro, a eliminação, a desqualificação daquilo que se poderia chamar de pequenos saberes inúteis e irreduzíveis, economicamente dispendiosos; [...] Segundo, normalização desses saberes entre si, que vai permitir ajustá-los uns aos outros, fazê-los comunicar-se entre si, derrubar as barreiras do segredo e das delimitações geográficas e técnicas, em resumo, tornar intercambiáveis não só os saberes, mas também aqueles que os detêm; [...] Terceira operação: classificação hierárquica desses saberes que permite, de certo modo, encaixá-los uns nos outros, desde os mais específicos e mais materiais, que serão a um só tempo os saberes subordinados, até as formas mais gerais, até os saberes mais formais, que serão a um só tempo as formas envolventes e diretrizes do saber. Portanto, classificação hierárquica. E, enfim, a partir daí, possibilidade da quarta operação, de urna centralização piramidal, que permite o controle desses saberes, que assegura as seleções e permite transmitir a um só tempo de baixo para cima os conteúdos desses saberes, e de cima para baixo as direções de conjunto e as organizações gerais que se quer fazer prevalecer (FOUCAULT, 1993, p. 215-2.016). No fundo, em todos esses empreendimentos, dos quais eu lhes citei somente dois exemplos, tratava-se de quatro coisas: **seleção, normalização, hierarquização e centralização**. São essas as quatro operações que podemos ver em andamento num estudo um pouco detalhado daquilo que é denominado o **poder disciplinar** (grifo nosso) (FOUCAULT, 1999, p. 217).

Como fica, no entanto, a perspectiva desse racismo e dessa sujeição política no contexto do cyberspaço e das análises psicopolíticas de Byung-Chul Han? Teria ainda o racismo função nesse novo modelo analisado por Byung-Chul Han, uma vez que nos modelos das sociedades coloniais e neocoloniais o controle da liberdade e dos corpos é a principal ferramenta do poder, as quais se servem do racismo, inclusive em nível de Estado, para efetivar este controle por meio da clivagem entre seres humanos e definição das racionalidades que servem e interessam ao projeto neoliberal?

Não possuímos ainda as respostas prontas, mas cremos que sim. Vamos além: os mecanismos de controle psicopolítico serviram-se dos controles utilizados na dominação colonial e neocolonial, ao perceberem que estes controles estão vinculados ao uso da liberdade como ferramenta. Nas sociedades escravistas coloniais e nos impérios neocoloniais, a dominação e subjugação psíquica se deram pela dor, pelo medo, pelo controle dos corpos e pela manipulação da liberdade. Pela *negatividade*, como percebe Byung-Chul Han em sua análise do paradigma imunológico, pelo estranhamento.

Então poderíamos concluir que estaria superado o racismo pela perspectiva da psicopolítica, uma vez que submissão agora se dá pela “sensação de liberdade plena”, pela sujeição “autoimposta”, ou seja, pela *positividade*, uma vez que essa positividade escapa do estranhamento, da alteridade, da noção de nós e eles (aqui no sentido de o outro, estranho a mim)? Seria o paradigma neuronal incompatível com o racismo? Também nos parece que não, muito pelo contrário.

O paradigma neuronal serve-se potencialmente do racismo de formas muito específicas. O racismo traz consigo a noção intrínseca, por diversos motivos, os quais nem todos puderam ser expostos neste estudo, de superioridade entre seres e diferença de capacidades. O racismo fundamenta-se na perspectiva de que os conhecimentos eurocêntricos, brancos e ocidentais representam a totalidade do conhecimento e a visão “adequada e correta” da civilização. Além disso, o racismo se alicerça na clivagem entre seres humanos superiores e seres humanos inferiores (às vezes não considerados tão humanos assim), em que estes seriam inferiores por diversos motivos ao longo da História e do pensamento (religiosos, científicos, filosóficos, fatores de sociabilidade, estruturas políticas, etc.).

Quando o neoliberalismo, na condição de racionalidade hegemônica, desenvolve um modelo psicopolítico no qual o indivíduo é empreendedor de si, é dotado de uma liberdade quimérica, mas psicologicamente plena, é autossuubmisso e autossujeitado, pois “acredita” que como “sujeito do desempenho” todo seu sucesso ou fracasso dependa e esteja vinculado, apenas e exclusivamente, às ações realizadas por esse sujeito atomizado, o racismo se transforma, em relação ao modelo neoliberal, em justificativa perfeita para reforçar a clivagem entre os seres humanos, porém travestido de um projeto “desempenho pessoal”.

Ou seja, os negros não teriam dificuldades estruturais de acesso aos bens e direitos de forma equânime, por motivos históricos, econômicos, sociais, religiosos, educacionais, financeiros, etc., não, a questão seria de desempenho, uma vez que na sociedade da “hiperliberdade” todos têm acesso às mesmas oportunidades, em razão de que todos são “igualmente livres”. O paradigma imunológico estaria superado (*sic*), pois todos, empreen-

dedores de si, dentro da racionalidade dominante neoliberal, estariam no mesmo “barco”,<sup>12</sup> pois o “princípio da estranheza” do paradigma imunológico não existiria mais, posto que as imunorreações aos negros como estranhos não existiriam mais e o racismo estaria vencido.

Infelizmente a situação é bem a oposta. As reivindicações políticas de equidade, justiça e espaços de reparação estão cada vez mais sem eco. E por que? Porque dentro da noção psicopolítica, além das sujeições psíquicas autoimpostas, da ausência de instâncias concretas de controle dessa hiperliberdade quimérica (mas aceita como real) e da sociedade do desempenho, os negros ficariam, pelo menos, com três grandes dificuldades: a primeira diz com a visão de que suas dificuldades já percorridas, seriam meras questões de desempenho pessoal, reforçando e fortalecendo a visão de meritocracia acrítica; a segunda, o racismo continuaria sendo instrumento de clivagem e estranhamento entre as pessoas e instituições, uma vez que o fenômeno é estrutural e vai muito além do econômico, mas seria reduzido somente ao econômico, transformando-se em “justificativa” palatável para se manter os processos de exclusão, travestidos, entretanto agora, de processos sociais genéricos e gerais, quer dizer, voltados a todas as pessoas “indistintamente”, e a terceira seria que os negros teriam seu estereótipo de inferiores reforçados pelos contextos dessa sociedade psicopolítica, sem espaço nem eco para buscarem a reversão de perspectiva ideológica.

As dominações psíquicas de Fanon se transmutam em autodominações psíquicas, reforçadas pelo ideário racista, porém ocultado por processos que sinalizam uma hiperliberdade que iludiria o imaginário social sobre as oportunidades e reais questões do racismo, deixando o fenômeno cada vez menos perceptível e mais intenso.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aproximação e a análise da articulação entre os conceitos psicopolíticos de Byung-Chul Han e o racismo são incipientes e introdutórias. O presente artigo teve por objetivo iniciar uma reflexão crítica de alguns pontos de tensão existentes, tendo como referência, nos estudos raciais, algumas das perspectivas analisadas por Frantz Fanon. Não se tem as respostas, ainda, sobre questão de tamanha profundidade e a proposta deste texto foi considerar as possíveis repercussões do pensamento de Byung-Chul Han no contexto racial.

**À guisa de conclusão**, podemos afirmar que – mesmo cientes de que tal afirmação é introdutória e dependente de estudos muito mais aprofundados – que, no caso dos negros e negras em razão do racismo, vislumbramos que, em relação às populações negras, existe um controle “psicobiopolítico”, o qual opera se articulando entre eles de forma horizontal, a partir das perspectivas de exclusão e da inferiorização presentes no racismo e que continua a estar cada vez mais presente nas sociedades e no modelo neoliberal.

Esse poder ora opera como “psicobiopolítico”, ora como “biopsicopolítico”, articulando-se na direção conveniente que envolva o conceito raça, dependendo do interesse do projeto neoliberal em jogo em determinado momento, observando-se que esta análise

<sup>12</sup> Somos obrigado aqui a fazer uma referência à postagem realizada pelo Padre Júlio Lancelotti em sua rede social, Instagram (<https://www.instagram.com/padrejulio.lancellotti>), em que altera, de forma muito perspicaz e inteligente, o ditado de que “todos estamos no mesmo barco”, afirmando: “Não dá para dizer que estamos todos no mesmo barco. Nós estamos todos na mesma tempestade, uns de iate, outros nadando...”



depende, sobremaneira, do descortinamento destas intrincadas “ferramentas”. Logo, pode-se concluir, de maneira muito modesta e preliminar, que o racismo, em épocas de psicopolítica, nunca esteve tão sedimentado e tão fortalecido em suas premissas básicas, quais sejam: clivagem, exclusão e exploração.

## 7 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz. *Racismo estrutural*. São Paulo: Jandaíra, 2020.
- ALMEIDA, Silvio *et al.* *Marxismo e questão racial*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021. Edição do Kindle.
- BECK, Ulrich. *A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CANDIOTTO, Cesar. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. *Filosofia Unisinos*, v. 11, n. 1, p. 33-43, maio 2010. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.4013/fsu.2010.111.03>. Acesso em: 8 nov. 2021.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUSSEL, Enrique. *Filosofia da libertação*. Piracicaba: Editora Unimep, 1977.
- FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu, 2020a.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020b. Edição do Kindle.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução Eduardo Brandão. Revisão da tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção tópicos).
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020a.
- HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Âyiné, 2020b.
- HERRERA FLORES, Joaquín. *A reinvenção dos direitos humanos*. Tradução Carlos Roberto Diogo Garcia, Antônio Henrique Graciano Suxberger e Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.
- IANNI, Octavio. A racialização do mundo. *Tempo Social*, v. 8, n. 1, p. 1-23, jun. 1996, DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1590/ts.v8i1.86140>. Acesso em: 9 nov. 2021.
- LUCAS, Douglas Cesar. Direitos humanos, diversidade cultural e imigração: a ambivalência das narrativas modernas e a necessidade de um paradigma de responsabilidades comuns. In: CAMPUZANO, Alfonso de Julios; LUCAS, Douglas Cesar; SANTOS, André Leonardo Copetti. *Direitos humanos, imigração e diversidade*. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.
- LUCAS, Douglas Cesar; SANTOS, André Leonardo Copetti. *A (in)diferença no direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 edições, 2018a.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo, SP: N-1 edições, 2018b.
- MBEMBE, Achille. *Sair da noite grande: ensaio sobre a África descolonizada*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- MOURA, Clóvis. *Escravidão, colonialismo e imperialismo*. Afro-Ásia, 14. São Paulo: Ibea, 1983. Disponível em: [https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:hcC8v0FWSVsJ:scholar.google.com/&hl=pt-BR&as\\_sdt=0,5.Pdf](https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:hcC8v0FWSVsJ:scholar.google.com/&hl=pt-BR&as_sdt=0,5.Pdf). Acesso em: 8 nov. 2021.
- NEGRI, Antonio; GUATTARI, Felix. *As verdades nômade: por novos espaços de liberdade*. Tradução Mario Antunes Marino e Jefferson Viel. São Paulo: Autonomia Literária; Editora Politeia, 2017.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Perspectivas Latino-Americanas, 2005.
- RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. *Labirintos do poder: o poder (do) simbólico e os modos de subjetivação*. Porto Alegre: Escritos, 2004.
- SANTOS, André Leonardo Copetti. *Direitos humanos, imigração e diversidade*. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: as linhas gerais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 23-71. Cap. 1.

SAPEDE, Thiago C. Racismo e dominação psíquica em Frantz Fanon. *Sankofa*, São Paulo: Universidade de São Paulo; Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (Aguia), v. 4, n. 8, p. 44, 6 dez. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1983-6023.sank.2011.88810>. Acesso em: 8 nov. 2021.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. *Nem Preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.

SOUZA, Jessé José Freire de. *A elite do atraso: da escravidão à lava jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

Todo conteúdo da Revista Direitos Humanos e Democracia  
está sob Licença Creative Commons CC – By 4.0